



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em um ano notadamente marcado pelo distanciamento social e incertezas relacionadas à Pandemia Covid-19, a CELG GT adotou medidas estratégicas para enfrentar as dificuldades impostas pela mesma, de forma a manter a qualidade na prestação de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica, preservando, ao mesmo tempo, a saúde de seus colaboradores.

Sentimos muito a perda para o COVID do Superintendente de TI, nosso colaborador Alessandro Santana, e pelas demais vítimas no estado de Goiás e Brasil. Assim, em honra à memória deles e, em nome do compromisso com a sociedade goiana, imbuídos de muita responsabilidade, demos continuidade aos projetos da Companhia.

Em 2020, mais uma vez, a CELG GT registrou resultados expressivos, não somente pelo lucro líquido de R\$ 165,64 milhões, 133% maior que o registrado no ano anterior, mas também por ter se destacado como a entidade pública com maior transparência do Estado de Goiás, além de ter entregue diversas obras como por exemplo, as das Subestações de Xavantes, Carajás e Anhanguera, além de iniciadas as obras de modernização na UHE São Domingos e UHE Rochedo que, no ano, corresponderam a investimentos na ordem de 59,67 milhões. Ademais, mantivemos a disponibilidade dos ativos de transmissão acima da média nacional (99,98%), enquanto a média do setor foi de 98,95%.

Destacamos ainda o sucesso na alienação de imóveis inservíveis para as concessões da Companhia, gerando caixa que será utilizado de forma estratégica em novos investimentos em ativos de geração e transmissão.

Seguimos cumprindo com os objetivos estratégicos da CELG GT, dos quais destacamos o fortalecimento de receitas, endividamento sustentável, rentabilidade e disponibilidade do sistema. Modernizamos os principais processos internos, redesenhamos fluxos e implantamos vários módulos do ERP (IFS).

Em função da crise sanitária, no ano de 2020 não ocorreram leilões de energia, impactando em nossas expectativas de contratações que poderiam viabilizar o início de construção de empreendimentos como os projetos do Médio Rio Claro.

Destacamos nossa participação em dois lotes no único Leilão de Transmissão do ano, nº 01/2020, que ocorreu na B3 em dezembro de 2020. Nossos lances não foram suficientes para superar ofertas de outros proponentes, cujos vencedores dos referidos lotes não são agentes tradicionais do setor elétrico. Fato é que continuamos com foco na sustentabilidade da companhia, empregando uma gestão marcada pela austeridade, privilegiando investimentos que venham efetivamente agregar valor para a empresa.

A Acionista CELGPAR continuou implementando as medidas para a alienação das ações da CELG GT, em atendimento à determinação de seus acionistas, maximizando valor e promovendo ações que reforçaram a atratividade desta Companhia.

Agradecemos a dedicação dos nossos colaboradores, acionistas e demais stakeholders, os quais contribuíram ativamente para que a empresa fornecesse serviços de alta qualidade, de forma viável economicamente, promovendo o retorno para a sociedade e acionistas, dentre os quais, Estado de Goiás.

Goiania, 29 de março de 2021.

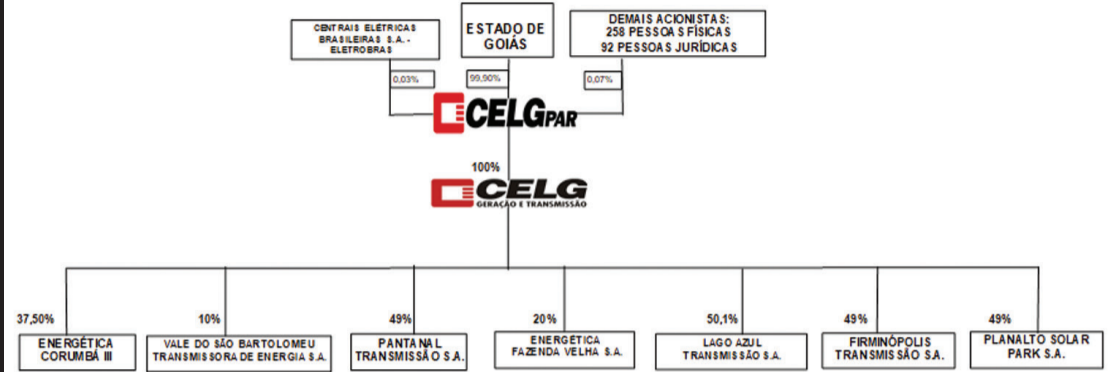
Lener Silva Jayme
Diretor-Presidente da CELG Geração e Transmissão

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A CELG Geração e Transmissão S.A. – CELG GT – foi constituída após a cisão das atividades de Distribuição, Geração e Transmissão, determinada pelo Poder Concedente através da Lei nº 10.849/2004. A Empresa é uma subsidiária integral da Companhia Celg de Participações (CELGPAR). Sua atuação envolve os segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.

Atualmente a Companhia possui participações em quatro SPE's que atuam no segmento de transmissão e duas no de geração, todas em fase operacional,



conforme representado no organograma societário em 31 de dezembro de 2020.

Figura 1 – Organograma Societário

A sede administrativa está instalada em Goiânia e suas principais instalações operacionais, usinas, subestações e linhas de transmissão de energia elétrica, estão predominantemente em Goiás. Os ativos de geração e transmissão via participação em Sociedade de Propósito Específico estão localizados em Brasília, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Governança CELG GT

Em 2020 manteve-se a estrutura de governança já compatível com a Lei 13.303/2016. Assim, a CELG GT conta com conselho fiscal permanente, comitê de auditoria estatutário e o comitê de elegibilidade. A diretoria executiva da empresa é composta pelo diretor Presidente, diretor Vice-Presidente e diretor Técnico-Operacional.

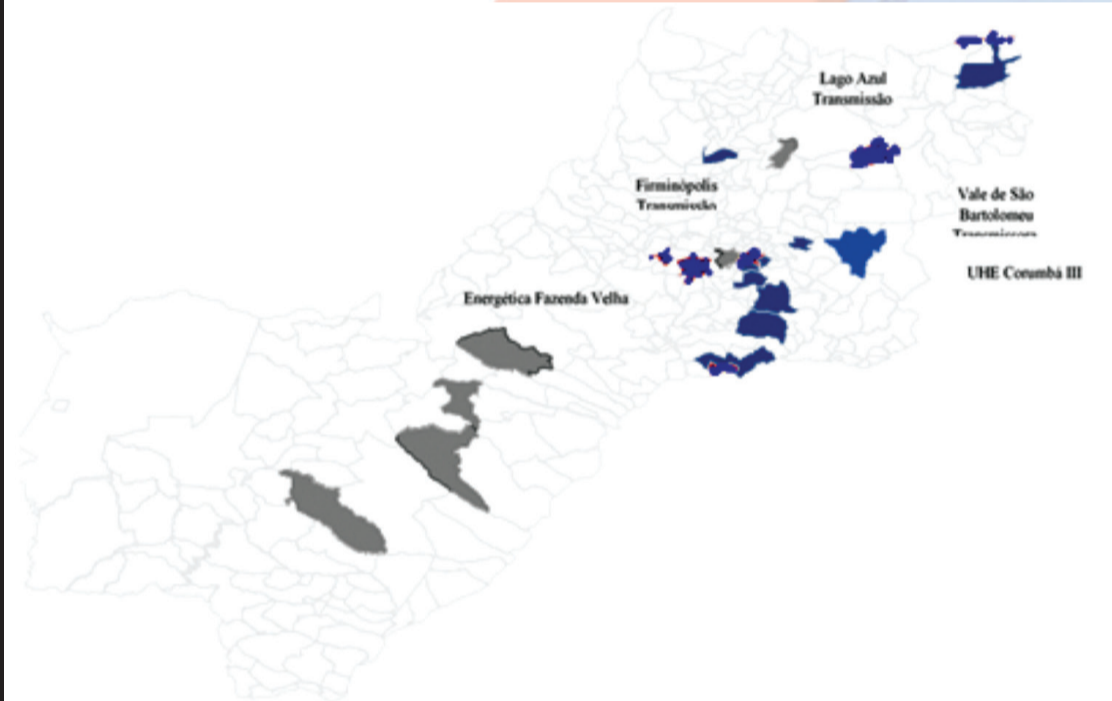
Sendo a CELG GT subsidiária integral da CELGPAR, a Companhia tem suas pautas submetidas diretamente à Assembleia Geral de Acionistas, por isso há um acompanhamento bem direcionado por parte das instâncias de governança da holding que conta, além da Assembleia de Acionistas, com o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e os Comitês de Elegibilidade de Auditoria Estatutário. A diretoria executiva é composta pelo Diretor Presidente, Vice-Presidente e Relações com Investidores e uma Diretora de Gestão Corporativa.

A estrutura de governança corporativa da CELG GT tem como práticas corporativas a transparência, equidade e prestação de contas em consonância com o seu Estatuto Social, buscando conciliar aspectos econômicos, financeiros e ambientais com vistas a promover um desenvolvimento sustentável e aprimorando, dentre outras ações, a relação entre acionistas, colaboradores, partes relacionadas e sociedade.

2. NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS EM 2020

A CELG GT detém de forma integral três contratos de concessões no segmento de transmissão (CC 063/2001, CC 003/2015 e CC 004/2016) e um contrato de concessão no segmento de geração (CC 002/2016), além da responsabilidade para operar e manter outro a Usina de São Domingos via Portaria do Ministério de Minas e Energia - PRT 352/2013. Além disso, a empresa possui participações acionárias em 5 outras concessões do setor elétrico (contratos 126/2001, 014/2013, 018/2013, 003/2014 e 008/2016). Apenas a Energética Fazenda Velha não possui concessão, apenas Outorga.

Figura 2 – Mapa de Empreendimentos – CELG GT e SPE



2.1. Geração

A CELG Geração e Transmissão S.A conta com 18,3 MW de potência instalada em operação nas Usinas Rochedo e São Domingos e 17,77 MW de potência instalada nos empreendimentos em parceria com Energética Corumbá III e Energética Fazenda Velha, proporcionalmente à sua participação acionária, conforme exposto na tabela abaixo:

Tabela 1 – Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Pot. Inst.	Garantia Física (MW Médios)	Prop	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação	Vencimento da Outorga
Integral	18,3	10,2		18,3	10,2		
UHE São Domingos	14,3	7,2	100%	14,3	7,2	01/01/1991	*
UHE Rochedo	4,0	3,0	100%	4,0	3	18/04/1956	04/01/2046
SPE	113,0	59,8		17,77	9,41		
Energética Corumbá III**	96,5	50,9	15%	14,47	7,63	24/10/2009	14/02/2037
Energética Fazenda Velha	16,5	8,9	20%	3,3	1,78	11/05/2016	18/12/2046
Total	131,3	70,0		33,77	19,61		

* Autorizada sem data pela Portaria MME 352/2013. ** A CELG GT é detentora de 37,5% de participação na Energética Corumbá III S.A. e a mesma possui 40% do Consórcio Corumbá III. Assim, a CELG GT possui proporcionalmente 15% (37,5% x 40%).

Em 2020 a CELG GT comercializou 100% da Garantia Física da UHE São Domingos e 70% da Usina Rochedo no sistema de cotas. O restante, 30% da Garantia Física de Rochedo, foi comercializado em ambiente de contratação livre, a preços de liquidação das diferenças (PLD). As Receitas Anuais de Geração das Usinas cuja energia são entregues via Cotas, Rochedo e São Domingos, para o ciclo 2020-2021, conforme Resolução Homologatória 2.746/2020, são R\$ 4.597.978,41 e R\$ 5.526.748,00, respectivamente.

Em relação a energia gerada pelas SPE's, a garantia física foi comercializada mediante Contratos Bilaterais (CCEAL) ou Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), os quais evitaram exposição ao risco das flutuações de preços no mercado de curto prazo.

A CELG GT mantém em prospecção estudos provenientes de fonte hídrica relativo a 15 empreendimentos através dos Consórcios Médio Rio Claro, Meia Ponte, Rio Claro e Rio Mosquito, e há ainda o estudo de ampliação da capacidade instalada da Usina Rochedo, passando de 4MW para 13MW de capacidade instalada.

Os projetos em estudo somam uma potência total instalada, estimada em 341,9 MW, dos quais 86,71 MW, ou seja, 25,4% representam a participação da CELG GT.

A respeito dos estudos em parceria, destaca-se o Consórcio Médio Rio Claro que já está em fase mais adiantada, tais projetos têm sido cadastrados junto à EPE e participado de detalhes de venda de energia desde 2017, porém sem êxito dada a baixa demanda e pequena fração destinada à fonte hídrica, além de, por exemplo, em 2020 não ter sido leilão para energia nova.

Além dos novos empreendimentos hidrelétricos, em 2020 a companhia iniciou os estudos para a viabilização de usina Fotovoltaica em Cachoeira Dourada com capacidade instalada de até 90MW.

2.2. Transmissão

A CELG GT detém os Contratos de Concessões nº 063/2001, nº 003/2015 e nº 004/2016, os quais possuem como objeto a implantação de ativos, implementação de melhorias e reforços, bem como a prestação de serviços de operação e manutenção até dezembro/2042, maio/2045 e janeiro/2046, respectivamente, os quais envolvem 13 subestações, 756 km de linhas de transmissão, 4.187,67 MVA e 300 Mvar que correspondem a Receita Anual Permitida de R\$ 216.404.777,75 estabelecidas no ciclo 2020/2021. Ressalta-se que, conforme Resolução Homologatória nº 2.725/2020, além da RAP mencionada, o sistema em andamento a implantação de reforços com receita prevista, referência julho/2020, de R\$ 21.851.489,19.

Além dos contratos mencionados a CELG GT possui participação acionária em outros 4 contratos de concessões: Contrato 014/2013, com 10% da Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A.; Contrato 03/2014, com 49% da Pantanal Transmissora S.A.; Contrato 003/2015, com 50,1% da Lago Azul Transmissão S.A.; e Contrato 08/2016, com 49% da Firmínópolis Transmissão S.A., cujas concessões vencem em outubro/2043, outubro/2043, maio/2044 e abril/2046, respectivamente e correspondem a 2 subestações, 1.710 MVA e 313,5 km de comprimento de rede em alta tensão (acima de 230 kV) que corresponde a R\$ 60.864.543,28 de Receita Anual Permitida (RAP) no ciclo 2020/2021. Destaca-se que a CELG GT não faz jus ao recebimento direto das receitas das SPEs, mas registra sua participação via equivalência patrimonial e reconhece seus efeitos através da demonstração do resultado do exercício e distribuição de dividendos.

3. CENÁRIOS MACROECONÔMICO E REGULATÓRIO

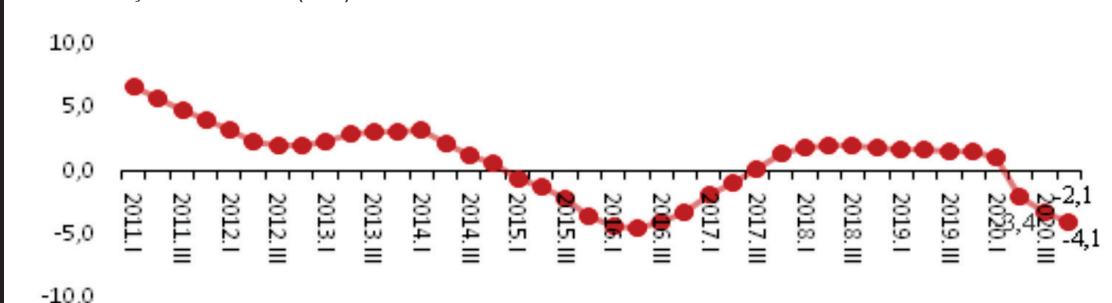
Os fatores macroeconômicos e regulatórios impactam diretamente na atividade, resultados, custos e fonte de capital, e, portanto, nos investimentos da Companhia. Neste sentido, sintetizamos a seguir os fatores de maior relevância sobre os referidos contextos no ano de 2020.

3.1. Cenário Macroeconômico

No Brasil, os reflexos da crise impactaram fortemente indicadores econômicos e sociais, os quais, por já se encontrarem abalados por questões políticas e econômicas, desencadearam impactos ainda maiores com a pandemia.

Por exemplo, a economia brasileira vem apresentando nos últimos anos taxas de crescimento do produto interno bruto ou negativas, ou muito baixas, bem como geração de emprego insatisfatória. De acordo com dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o PIB decresceu 4,1% em 2020.

Gráfico 1 – Evolução do PIB trimestral (em %)



Destaca-se que o PIB no exercício de 2020, apresentou uma deterioração do consumo das famílias em 5,5% e os gastos do governo decraíram em 5,5% e taxa de investimento do país (formação bruta de capital fixo) apresentou um decréscimo de 0,8%. Em relação às importações houve retração de 10% e as exportações tiveram uma queda de -1,8%.

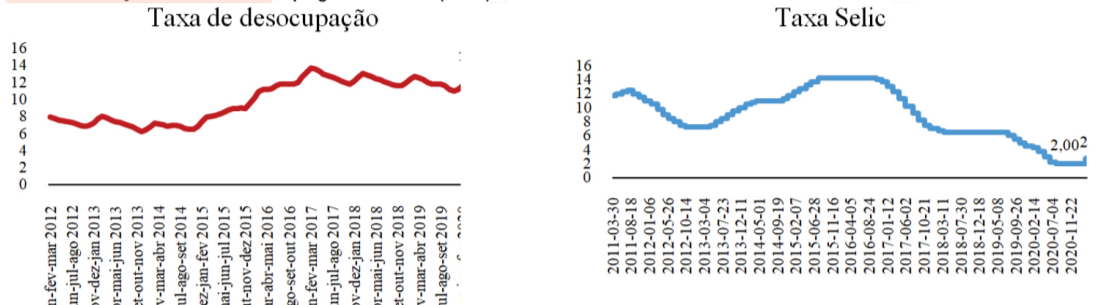
Os efeitos nas contas do Governo Central, cujo resultado primário no ano de 2020 está alcançando um déficit acumulado de R\$ 743,087 bilhões, divididos em Tesouro Nacional (R\$ 483,405 bilhões), Banco Central (R\$ 0,596 bilhões) e Previdência Social (R\$ 259,131). Em torno disso, contribuíram negativamente a arrecadação de toda a receita do governo federal, decréscimo de 13,1%. É importante destacar que houve redução das contribuições para o Regime Geral de Previdência Social (5,3%) em virtude da redução real da massa salarial bem como pelo crescimento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em decorrência da Lei 13.670/2018.

Por conta do aumento do desemprego, houve impacto no crescimento das despesas com os benefícios previdenciários, acréscimo de 2,8%, cuja elevação decorre, dentre outros, da correção dos benefícios pela variação do INPC/IBGE e salário-mínimo. Destaca-se que o crescimento deste benefício é inferior ao de 2019 por conta da reforma da previdência e da situação de calamidade pública.

O salto dos gastos públicos atrela-se também ao fato de que o governo federal teve Créditos Extraordinários com a implementação de medidas do combate ao COVID-19 que consumiram R\$ 440,868 bilhões por conta de Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 293,1 bi); Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios (R\$ 41,8 bi); Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 33,5 bi); e Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito (R\$ 58,1 bi). Assim, as medidas de preservação à renda das famílias e ao emprego ocasionaram forte aumento do endividamento público.

Face ao exposto, a pandemia causada pela COVID-19 e os efeitos deletérios da atividade econômica, repercutiram na desaceleração econômica que vem ocorrendo no Brasil desde 2015. Muito embora a economia tenha apresentado reação no 3º trimestre de 2020, não foi suficiente para reverter a forte queda dos agregados macroeconômicos do 1º semestre do ano, bem como não se verifica sinais para melhora das expectativas para o exercício de 2021, corroborados pela situação que se alçou no setor de Indústria e de Serviços e ao baixo patamar da Formação Bruta de Capital Fixo. Como segue exposto a seguir:

Gráfico 2 – Evolução do nível de desemprego e meta Selic (em %)

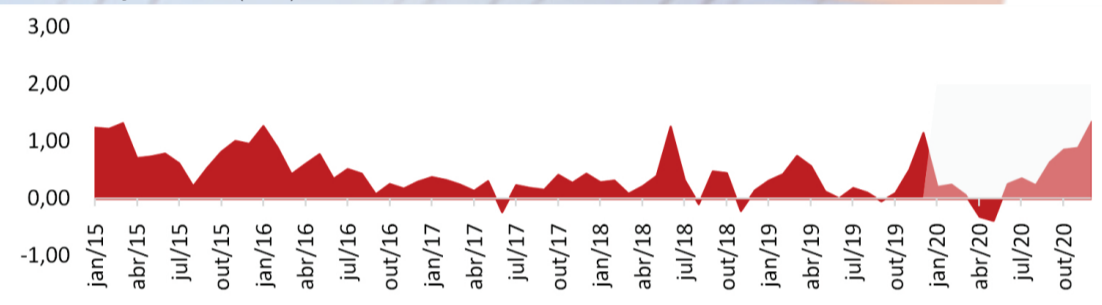


Fonte: IBGE Fonte:BCB

Diante dos efeitos da grave crise econômica, as respostas de política fiscal e monetária foram fundamentais para evitar uma queda ainda mais aguda do PIB. A autoridade monetária deu prosseguimento ao processo de maior flexibilização monetária e a taxa de juros atingiu o patamar de 2% a.a. a partir de agosto/2020, buscando ampliar a liquidez do sistema financeiro e melhorar o fluxo de crédito no Brasil. Nestes termos, a reversão deste arranjo macroeconômico dependerá, dentre outros, das reformas adiadas para 2021 a saber: administrativas, políticas de concessões, austeridade fiscal e a política de privatizações. Sendo sentido, segue o histórico

No que tange a inflação, observa-se que nos últimos anos a mesma se manteve nos patamares do regime de metas, muito em função da baixa atividade econômica, contudo, acabou por dar sinais de flique mesmo com incentivos de liquidez promovidos pelo Banco Central mediante queda da taxa de Selic para 2% (menor já registrado na história). Tal fato se deu em decorrência da elevação das exportações, o efeito pass through da depreciação cambial em virtude do encarecimento de commodities e insumos industriais repassados nos custos de produção impactando negativamente a oferta de produtos para o mercado interno brasileiro.

Gráfico 3 – Inflação IPCA/IBGE (%a.m.)



Assim, diante de um Produto Interno Bruto (PIB) negativo, após vários anos de baixo desempenho, inflação levemente acima da meta e, taxa básica de juros negativos, verifica-se um redirecionamento de recursos por parte dos investidores do mercado financeiro para atividades econômicas atrativas, dentre as quais, as reguladas. Ademais, nota-se um retardamento na demanda de energia, impactando na oferta de investimentos através de leilões, principalmente de energia.

3.2. Cenário Regulatório

Em 2020 finalmente houve a homologação da Revisão Tarifária Ordinária, pendente desde 2018 para o Contrato de Concessão 63/2001, principal contrato da CELG GT. A CELG GT teve os custos operacionais reposicionados, com reconhecimento de 120,13% de eficiência normalizada, porém não aplicado de forma imediata em razão do escalonamento da aplicação da revisão em cinco anos. A Companhia recorreu dessa decisão, propondo alternativamente a CAGR (Taxa de Crescimento Anual Composta) como critério de transição do O&M Regulatório, porém até o momento não houve manifestação da Agência de Regulação sobre este ponto ou sobre as manifestações feitas durante as Audiências Públicas relativas às revisões tarifárias.

Houve uma revisão do banco de preços da ANEEL que para a CELG GT implicou numa redução da ordem de 28% dos investimentos reconhecidos da base incremental. Com o incremento decorrente do componente "custos operacionais regulatórios" mencionado, além da aplicação dos demais procedimentos de revisão, o reposicionamento tarifário para o contrato 63/2001 foi de 16,66%. Não obstante, para essa revisão tarifária ainda estão sendo discutidos em nível de Associação junto à ANEEL a taxa de remuneração (10%) constante do cálculo das tarifas no ato da renovação dos contratos em 2012, bem como o não reconhecimento de melhorias, que para a CELG GT corresponde a R\$ 23,7 milhões.

Também foi objeto de revisão tarifária o contrato 003/2015, relativo ao Contrato de Concessão da Linha de Transmissão de Itumbiara-Paranaíba, cujo reposicionamento foi de 7,4%, como demonstrado na NT 046/2020-SGT/ANEEL.

O ano de 2020 foi extremamente atípico para o setor elétrico e para a economia do país. Os grandes temas setoriais, em geral, tiveram de ceder a uma agenda de enfrentamento à crise sanitária (Covid-19) e econômica. A agenda regulatória prosseguiu.

Embora no começo do ano houvesse a perspectiva de que o país estivesse em recuperação econômica, com o consequente aumento na demanda de energia, a reação à calamidade sanitária mundial provocou uma forte retração da demanda, de forma que os leilões de geração foram suspensos.

Com a crise econômica gerada pela pandemia, o setor elétrico reagiu à redução geral do consumo e ao aumento da inadimplência. A MP 950/2020 trouxe à tona várias medidas emergenciais para lidar com a crise sanitária e econômica, como a autorização de repasse do fundo de reserva para alívio futuro e encargos às distribuidoras no montante de R\$ 1,5 bilhão (processo em que a ANEEL autoriza a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE), além de medidas complementares para os beneficiários de tarifa social.

Continuando com a agenda regulatória, houve avanços na discussão da judicialização do risco hidrológico, também conhecida por judicialização do GSF (Generation Scaling Factor), termo utilizado no setor elétrico para identificar o fator entre o montante que as geradoras hidrelétricas efetivamente conseguiram entregar no sistema e a sua capacidade máxima de comercialização. Mais de R\$ 8 bilhões de inadimplência estavam em discussão judicial no mercado de curto prazo. A nova lei 14.052/2020 trouxe bases para um direcionamento do tema.

Ao final do ano, em 17/12/2020 a ANEEL promoveu o leilão de transmissão 01/2020, cujo deságio médio foi de R\$ 55,24%, com destaque para participação de grupos da China, Colômbia, Espanha, França, Itália e Portugal, além de agentes exógenos ao setor, como por exemplo, players de agronegócios. Os investimentos estimados são da ordem de R\$ 7,35 Bi.

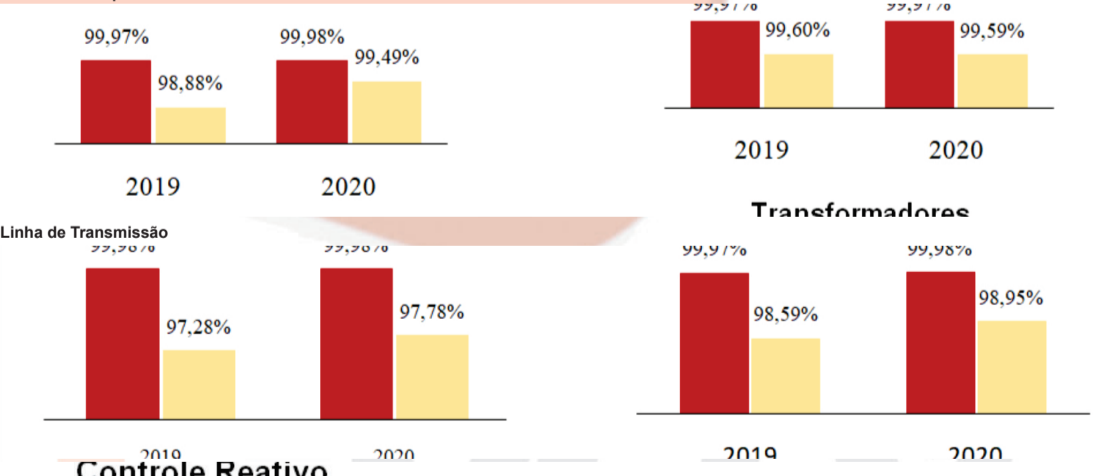
Diante de uma crise sanitária sem precedentes, o mercado de energia se viu fortemente impactado, e mesmo diante da retração do consumo e aumento da inadimplência, os avanços legislativos, regulatórios e operacionais, como a criação, por exemplo, da Conta-Covid, viabilizaram a contribuição marcante do setor, não somente em termos de continuidade dos serviços públicos de qualidade, mas também no apoio em termos de infraestrutura para a indução da recuperação socioeconômica almejada pelo mercado e por todos os brasileiros.

4. DIMENSÃO OPERACIONAL

A operação do sistema elétrico pela CELG GT buscou o contínuo aperfeiçoamento de seus processos e atividades para manter a confiabilidade e qualidade da prestação de serviços de energia elétrica na sua área de concessão. A CELG GT investiu na qualificação de seus colaboradores através de treinamentos e, em tecnologia, para que os serviços prestados tivessem aprimoramento contínuo e maior grau de confiabilidade, qualidade e estivessem em consonância com os Procedimentos de Rede.

Destaca-se que as equipes de operação da CELG GT somente vão a campo para o exercício das atividades de manutenção, após as ordens de serviços serem comandadas pelo COT. Assim, a padronização das atividades de operação e supervisão permitiu a Empresa agregar valor no serviço contínuo de geração e transmissão com a evolução da disponibilidade dos seus ativos e a manutenção de percentuais acima do que é praticado na média do setor de transmissão.

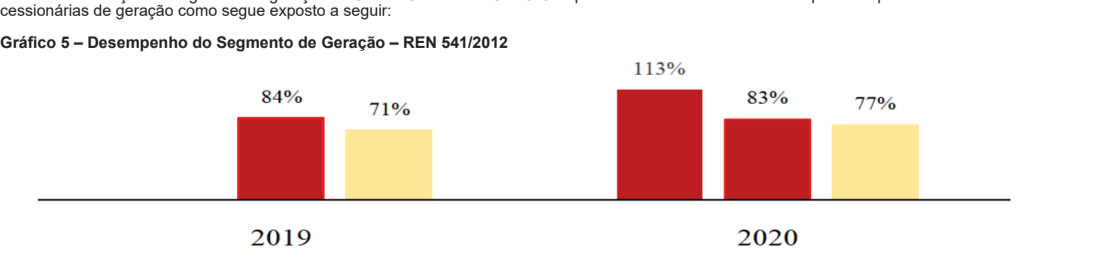
Gráfico 4 – Disponibilidade Transmissão - SIN



Verifica-se que os índices de disponibilidade de transmissão da CELG são superiores à média do setor no que tange linhas de transmissão, transformadores e compensadores reativos e com médias bem próximas a 100%.

Também em relação ao segmento de geração as Usinas Colistas da CELG GT apresentam indicadores de desempenho superior à média das demais concessionárias de geração como segue exposto a seguir:

Gráfico 5 – Desempenho do Segmento de Geração – REN 541/2012



5. DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

No ano de 2020 mantivemos o ritmo de gestão e crescimento, registrando bons resultados econômico-financeiros, mantendo a trajetória de melhorias em seus principais indicadores tanto de resultados quanto de liquidez e investimentos.

Apresentamos crescimento nos principais indicadores de desempenho, entre os quais: (i) a margem de lucro líquido, 132,98% superior ao ano anterior,



atingindo o patamar de R\$ 165,6 milhões, representado 59,49% da Receita Operacional Líquida do ano de 2020; (ii) aumento de 98,87% do LAJIDA, passando de R\$ 78,4 milhões em 2019 para R\$ 155,7 milhões em 2020; e (iii) decréscimo do Endividamento em 5,34%, reduzindo de R\$ 112,4 milhões para R\$ 106,4 milhões em 2020.

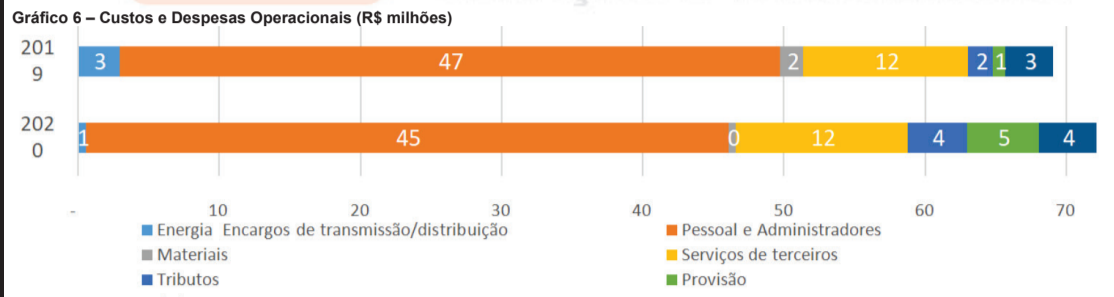
O histórico dos principais indicadores da Companhia demonstra a evolução dos últimos anos, no período de 2015 a 2020:

Tabela 1 – Demonstração do Resultado (em R\$ mil)

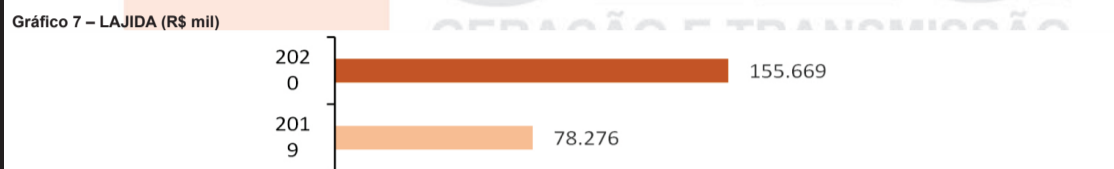
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
ROL	50.529	441.605	249.321	202.577	209.474	278.424
Margem Líquida	32,12%	54,91%	35,38%	28,90%	33,94%	59,49%
LAJIDA	-5.766	341.961	96.454	68.736	78.496	155.669
LUCRO LÍQUIDO	16.234	242.484	88.209	58.544	71.097	165.643
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	377.663	678.018	801.195	905.221	1.218.332	1.313.389
ENDIVIDAMENTO	11.373	15.227	10.027	76.590	112.442	106.440

A Receita Operacional Líquida em 2020 atingiu R\$ 278,5 milhões, o que representou um incremento de 32,92% em relação a 2019 (R\$ 209,5 milhões). A Receita Operacional Bruta no ano de 2020 totalizou R\$ 329,5 milhões, dos quais R\$ 328 milhões decorrem de ativos de contrato, sendo 167,1 milhões referentes a Receita Financeira de Contrato (ante R\$ 81,8 milhões em 2019), R\$ 101,2 relativos a Receita Operacional de Manutenção (ante R\$ 97,3 milhões em 2019) e R\$ 59,7 decorrentes de Receita de Construção (contra 71,4 milhões no ano anterior). A Receita de Energia líquida no curto prazo foi da ordem de R\$ 1,6 milhões, ante R\$ 3,5 milhões no ano anterior.

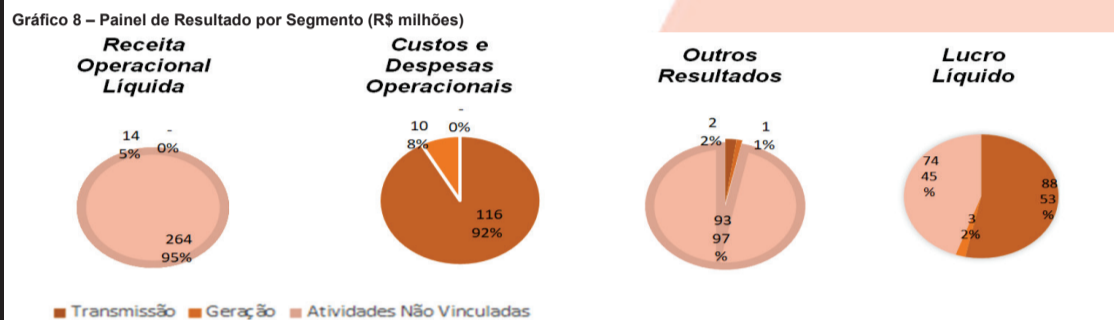
Enquanto a Receita Operacional Líquida cresceu quase 33%, os custos e despesas operacionais aumentaram apenas 4,5%, observando-se reduções com energia e transmissão (de R\$ 3 milhões para R\$ 1 milhão), bem como redução na rubrica de Pessoal e Administradores (reduzindo de R\$ 47 milhões para R\$ 45 milhões), assim como na rubrica materiais. Os custos com serviços de terceiros se mantiveram próximos aos de 2019, porém os custos com tributos, provisões e outros, sofreram elevações conforme se observa no gráfico abaixo:



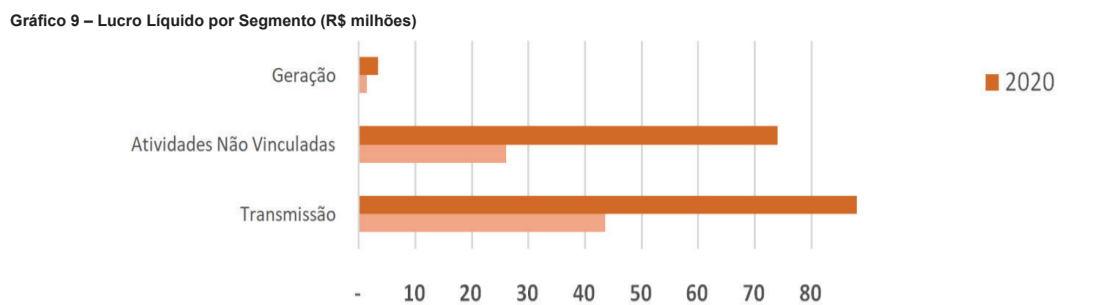
Além dos impactos mencionados em termos de receitas, custos e despesas, houve um melhor resultado da equivalência patrimonial correspondente a R\$ 20.153 mil em 2020 face ao valor de R\$ 19.106 mil registrado no exercício anterior. Já em relação ao LAJIDA, verificou-se um aumento de 98,87% atingindo o patamar de R\$ 155.669 mil em 2019 face ao valor de R\$ 78.276 mil em 2019.



Em termos de resultados por segmento, como se observa no painel abaixo, 95% da Receita Operacional Líquida (R\$ 264 milhões) é decorrente da transmissão, cujos custos e despesas operacionais são da mesma ordem (92%), representando R\$ 116 milhões. Observa-se que o Lucro Líquido está sendo impactado por Outros Resultados decorrentes de Atividades Não Vinculadas à Concessão (R\$ 93 milhões), de forma que R\$ 88 milhões de Lucro Líquido decorre das atividades de transmissão, R\$ 74 de Atividades Não Vinculadas e, R\$ 3 da atividade de Geração.



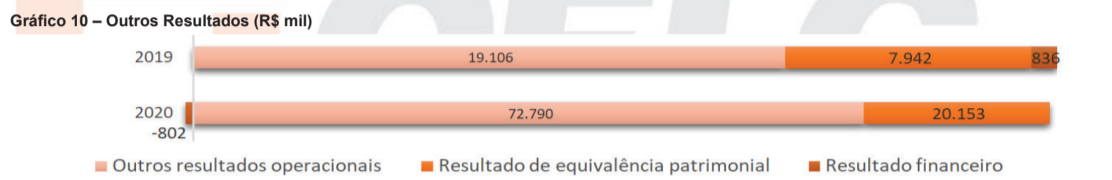
Em 2020 houve um aumento no resultado em todos os segmentos. Em termos de Atividade Não Vinculada à concessão houve um aumento de 183%, saindo de R\$ 26 milhões em 2019 para R\$ 74 milhões em 2020, influenciado principalmente pela remarcação de ativos (ajuste a valor justo). No segmento de geração também se observou um aumento de 128%, saltando de R\$ 2 para R\$ 3 milhões. O destaque é para o segmento de transmissão, cujo lucro cresceu 103%, passando de R\$ 43 milhões para R\$ 88 milhões. Tais movimentos podem ser observados no gráfico a seguir:



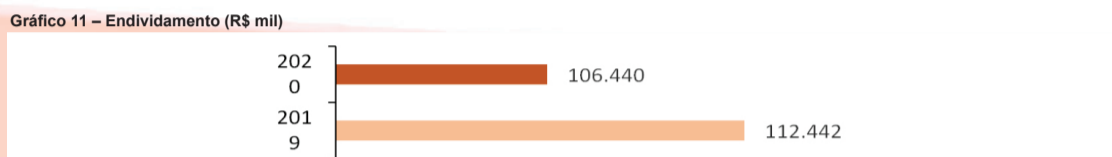
No caso da transmissão, destaca-se que a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, forneceu orientação quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 (equivalentes às IFRS 15 e IFRS 9, respectivamente) para as companhias transmissoras de energia elétrica principalmente relacionados a:

- Determinação e atribuição de margem de construção ao longo do período das obras;
- Aplicação de taxa implícita de desconto aos ativos dos contratos de concessão;
- Orientação quanto a classificação dos ativos da Lei nº 12.783/2013- RBSE como Ativo de contrato;
- Segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e
- Reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração do capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

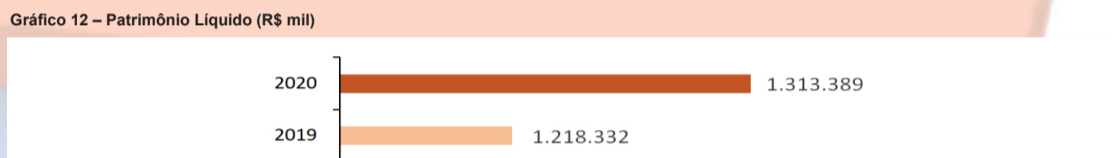
A Celg GT e suas investidas adequaram suas práticas contábeis em relação aos seus ativos de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre as margens e taxas de remuneração dos projetos (taxas implícitas), o que também impactou os resultados. Já em relação Outros Resultados Operacionais, Resultado de Equivalência Patrimonial e Resultado Financeiro, observou-se crescimento significativo nos dois primeiros casos e uma redução no resultado financeiro.



Especificamente em relação às Receitas Financeiras, houve uma redução significativa das receitas com aplicações financeiras, tanto em razão da movimentação de saldos, quanto à queda do CDI, que registrou taxa real negativa no ano de 2020 (quando descontada a inflação), uma vez que o mesmo possui alta aderência à Taxa Selic, cujo comportamento do ano foi exposto no item 3.1. As despesas financeiras mantiveram patamares semelhantes, principalmente em razão de os contratos de financiamentos possuírem uma parte pré-fixada. Ressalta-se que o endividamento apresentou decréscimo de 5,34% passando de R\$ 112,4 milhões em 2019 para R\$ 106,4 milhões em 2020.



Não somente os indicadores de resultados operacionais melhoraram, mas também os de liquidez e de Patrimônio Líquido, permaneceram consistentes. Por exemplo, o índice de liquidez corrente da Companhia se mantém acima de 4, uma vez que o Ativo Circulante é da ordem de R\$ 381,2 milhões enquanto o Passivo Circulante é bem inferior, R\$ 93,4 milhões. Considerando os bons níveis de liquidez e de resultado, a CELG GT, em mais um ano, registra elevação em seu Patrimônio Líquido, passando de R\$ 1,2 bilhões em 2019 para R\$ 1,3 bilhões em 2020, acréscimo de 7,80% em relação ao exercício de 2019.



BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado
ATIVO	1.926.461	1.769.435	1.601.279
CIRCULANTE	381.228	352.032	267.585
Caixa e equivalentes de caixa	144.117	157.598	100.907
Contas a receber	32.229	25.088	25.400
Serviços em curso	90	14	162
Tributos compensáveis	1.610	1.678	555
Estoques	2.136	4.095	4.110
Despesas antecipadas	1.046	1.236	1.105
Bens destinados à alienação	114	3.158	3.189
Ativo de contrato	170.430	151.227	127.928
Outros ativos	29.456	7.938	4.229
NÃO CIRCULANTE	1.545.233	1.417.403	1.333.694
Realizável a longo prazo	1.243.210	1.181.945	1.136.034
Depósitos judiciais e cauções	1.248	1.189	1.252
Investimentos temporários	10.971	8.354	-
Ativo de contrato	1.218.630	1.165.710	1.121.261
Outros ativos	12.361	6.692	13.521
Investimentos	285.757	218.735	180.304
Imobilizado	7.594	7.684	8.782
Intangível	8.672	9.039	8.574

Nota	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado
PASSIVO	1.926.461	1.769.435	1.601.279
CIRCULANTE	93.393	67.798	65.592
Fornecedores	11	7.253	5.939
Empréstimos e financiamentos	12	10.693	12.342
Obrigações sociais e trabalhistas	13.1	5.330	5.404
Benefício pós-emprego	14	234	223
Tributos	13.2	26.836	20.776
Dividendos a pagar	17.3	39.340	16.886
Encargos setoriais	13.3	3.338	4.158
Outros passivos	13.4	369	2.070
NÃO CIRCULANTE	519.679	483.305	429.664
Empréstimos e financiamentos	12	95.747	100.100
Benefício pós-emprego	14	3.241	5.376
Provisão para litígios	15	7.081	4.188
Encargos setoriais	13.3	5.420	4.497
Tributos diferidos	16	406.163	355.196
Outros passivos	13.4	2.027	13.948
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	1.313.389	1.218.332
Capital social	17.1	670.449	649.549
Outros resultados abrangentes	17.2	(3.324)	(5.389)
Reservas de lucros	17.3	646.264	574.172

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

Nota	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	278.424
Custo de construção	19.1	(53.671)
Custos operacionais	19.2	(32.960)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	191.793	147.135
Despesas operacionais	19.2	(39.168)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS OUTROS RESULTADOS	152.625	112.003
Outros resultados operacionais	20	72.790
Resultado de equivalência patrimonial	8	20.153
Resultado financeiro	21	(802)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	244.766	150.836
Imposto de renda e contribuição social	22	(79.123)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	165.643	104.476
LUCRO POR AÇÕES	0,50	0,32

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de clientes e outros	246.794	209.425
Pagamento a fornecedores	(17.518)	(16.403)
Pagamento de salários e encargos sociais	(42.590)	(48.020)
Pagamento de tributos e encargos setoriais	(48.039)	(39.853)
Outras despesas operacionais e administrativas	(1.210)	(3.281)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	137.437	101.868
Receitas financeiras recebidas	3.702	5.912
Rendimentos de aplicações financeiras	3.129	5.700
Outras receitas financeiras recebidas	573	212
Despesas financeiras pagas	(152)	(268)
Tributos sobre o lucro (IRPJ/CSSL)	(28.190)	(38.396)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	24	112.797
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	9.636	5.430
Venda de imóveis	4.100	2.924
Aportes de capital e AFAC em investidas	(92)	(3.800)
Aquisição de ativo de contrato	(60.930)	(50.126)
Aquisição de imobilizado	(855)	(922)
Aquisição de intangível	(41)	(931)
Outros	(2.493)	(8.258)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(50.675)	(55.683)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos obtidos	6.327	40.512
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	9.000	13.900
Empréstimos e financiamentos pagos	(11.822)	(4.195)
Despesas financeiras pagas	(8.211)	(6.959)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(71.097)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS (NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(75.603)	43.258
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(13.481)	56.691
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	157.598	100.907
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	144.117	157.598
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(13.481)	56.691

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	165.643	104.476
Ganhos (Perdas) atuariais de benefício pós-emprego	14 e 17.2	2.065
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	167.708	99.691

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros Reserva legal Reserva de retenção de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	620.045	(604)	20.427	265.353	-
Ajustes de exercícios anteriores	3.14	-	-	200.802	200.802
Destinação dos ajustes de exercícios anteriores	-	-	200.802	(200.802)	-
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2019 (REAPRESENTADO)	620.045	(604)	20.427	466.155	-
Aumento de capital social	17.1	29.504	-	-	29.504
Perdas atuariais de benefício pós-emprego	14 e 17.2	-	(4.785)	-	(4.785)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	104.476	104.476
Destinação do resultado do exercício:					
Constituição de reservas de lucros	17.3	-	3.555	84.035	(87.590)
Dividendos mínimos obrigatórios	17.3	-	-	-	(16.886)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (REAPRESENTADO)	649.549	(5.389)	23.982	550.190	-
Aumento de capital social	17.1	20.900	-	-	20.900
Dividendos adicionais propostos	17.3	-	-	(54.211)	(54.211)
Ganhos atuariais de benefício pós-emprego	14 e 17.2	-	2.065	-	2.065
Lucro líquido do exercício	-	-	-	165.643	165.643
Destinação do resultado do exercício:					
Constituição de reservas de lucros	17.3	-	8.282	118.021	(126.303)
Dividendos mínimos obrigatórios	17.3	-	-	-	(39.340)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	670.4				



- a) Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16);
b) Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 – Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19;
c) Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS;
d) Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios;
e) Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material;
f) IFRS 17 – Contratos de Seguro;
g) Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture;
h) Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;
i) Alterações à IFRS 3 – Referência à Estrutura Conceitual;
j) Alterações à IAS 16 – Imobilizado – Recursos Antes do Uso Pretendido; e
k) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); e
l) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição dos saldos em Caixa e Equivalentes é formada pelos seguintes valores:

Rubrica	31/12/2020		31/12/2019	
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias
Caixa	4.589	-	6.981	-
Número	1	-	-	-
Contas bancárias à vista	4.588	-	6.950	-
Fundos de caixa	-	-	31	-
Equivalentes de caixa (a)	139.528	-	150.617	-
Principal	135.353	-	144.321	-
Rendimento acumulado	5.017	-	7.707	-
(-) Provisão de IRRF	(842)	-	(1.410)	-
(-) Provisão de IOF	-	-	(1)	-
	144.117	1.165	157.598	1.071

(a) Aplicações financeiras na modalidade de Certificado de Depósito Bancário – CDB com remuneração vinculada ao CDI, e liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER

A composição por vencimento dos saldos em Contas a Receber é formada pelos seguintes valores:

Rubrica	Valores correntes					Circulante	
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	31/12/2020	31/12/2019
Suprimento de energia (a)	956	-	-	-	-	956	912
Encargos de uso da rede elétrica (b)	27.288	344	11	38	211 (211)	27.681	21.289
Energia elétrica de curto prazo (c)	724	772	367	1.033	2.461 (2.461)	2.896	2.416
Outros (d)	491	49	4	-	152	696	471
	29.459	1.165	382	1.071	2.824 (2.672)	32.229	25.088

(a) Faturamento da energia comercializada pelo regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência (RAG), e, recebimento de ativo de contrato.

(b) Faturamento pelo uso da rede elétrica de transmissão (RAP) e de Contratos de Conexão da Transmissão (CCT), e, recebimento de ativo de contrato.

(c) Faturamento do Mercado de Curto Prazo – MCP e provisão de energia elétrica de curto prazo a ser liquidada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

(d) Faturamento de Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI), Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM), e, outros.

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociação em andamento e existência de garantias reais. A provisão constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A seguir, a movimentação das PECLD no exercício:

Rubrica	31/12/2019		Provisões	Reversões	Baixas	31/12/2020	
	31/12/2019	31/12/2019				31/12/2020	31/12/2020
Encargos de uso da rede elétrica	96	-	174	(64)	5	-	2.461
Energia elétrica de curto prazo	1.173	-	1.996	(708)	-	-	2.672
	1.269	1.173	2.170	(772)	5	-	2.672

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

6.1. Serviços em curso

A composição dos saldos em Serviços em Curso é formada pelo seguinte valor:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Serviços prestados a terceiros	90	14
	90	14

6.2. Tributos compensáveis

A CELG GT possui créditos tributários registrados no ativo circulante, os quais deverão ser compensados integralmente. A composição dos saldos em Créditos Fiscais é formada pelos seguintes valores:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Tributos federais	1.604	1.638
Imposto de renda retido na fonte (a)	932	1.456
INSS	3	3
Outros (b)	669	179
Tributos municipais	6	40
IPTU	6	-
ISS	-	40
	1.610	1.678

(a) Retenções efetuadas por órgãos públicos em cumprimento à Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e nº 1.540/2015, e, retenções sobre rendimentos de aplicações financeiras.

(b) Pagamento indevido ou a maior.

6.3. Estoques

A composição dos saldos em Estoques é formada pelos seguintes valores:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Material	2.933	4.095
Almoxarifado de manutenção e operação	367	259
Transformação, fabricação e reparo de materiais	1.769	3.056
Emprestado	288	298
Destinado à alienação	504	477
Resíduos e sucatas	5	5
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(797)	-
	2.136	4.095

6.4. Despesas antecipadas

A composição dos saldos em Despesas Antecipadas é formada pelos seguintes valores:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios de seguros	758	702
Outros	288	534
PROINFA	288	534
	1.046	1.236

6.5. Seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a suficiência da cobertura não é escopo do trabalho dos nossos auditores.

Em 31 de dezembro de 2020, as apólices de seguro existentes, especificadas por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada	Prêmio	Despesa reconhecida no resultado	Saldo em despesas antecipadas
Ativos da concessão (a/b)	20/08/2020 a 20/08/2021	698.847	1.104	399	705
Outros	-	-	115	62	53
			1.219	461	758

(a) **Patrimonial (seguro operacional):** cobertura contra incêndio, queda de raio, alagamento, inundação, quebra de máquina nos prédios, sendo todas as construções e seus anexos (excetuando-se alçônceres, fundações e terreno) e seus conteúdos (máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, com exceções), relacionados a linhas e subestações de transmissão, e usinas. **Patrimonial (seguro de risco de engenharia):** básica OCC e/ou IM e/ou OCC/IM, despesas extraordinárias, despesas de desentulho, equipamentos móveis e estacionários, ferramentas de pequeno porte, honorários de perito.

(b) **Responsabilidade civil geral (seguro operacional):** cobertura a reparações por danos involuntários corporais e/ou materiais, causados a terceiros e que sejam, exclusivamente, ocorridos no interior dos estabelecimentos especificados na apólice. Incluindo-se custos judiciais do foro civil e honorários de advogados nomeados. **Responsabilidade civil geral (seguro de risco de engenharia):** reparações por danos corporais e/ou materiais causados a terceiros, dentro do local segurado, durante a realização de obras civis e/ou prestação de serviços de montagem, instalação e/ou assistência técnica e manutenção, de máquinas, equipamentos e/ou aparelhos em geral, pelo segurado (há exceções).

6.6. Bens destinados à alienação

A composição dos saldos dos Bens Destinados à Alienação é formada pelos seguintes valores:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Bens destinados à alienação	114	3.158
Terrenos (a)	114	345
Edificações, obras civis e benfeitorias (a)	-	2.813
	114	3.158

(a) Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à CELG GT conforme Promessa de Compra e Venda, com anuência da Companhia Celg de Participações - CELGP. O saldo de R\$ 3.158 foi reclassificado como Propriedade para Investimento.

6.7. Outros ativos

A composição dos saldos em Outros Devedores, é formada pelos seguintes valores:

Rubrica	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Créditos a receber	14.469	5.020	12.361	6.692
Empregados	215	35	-	-
Fornecedores	17	23	-	-
Alienação de bens e direitos	6.512	184	12.361	-
Ordem de depósito a reembolsar	3	3	-	-
Rendas a receber (a)	22	19	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber (b)	6.987	4.203	-	-
Adiantamentos	-	-	-	5.145
Outros	10	10	-	-
Outros investimentos	703	543	-	1.547
Destituições e alienações	14.987	2.918	-	-
Destituições em curso	14.986	2.918	-	-
Alienações em curso	1	-	-	-
	29.456	7.938	12.361	6.692

(a) Renda de aluguel de imóvel para a Usina Xavantes S.A., localizada ao lado da Subestação Xavantes do acervo da CELG GT.

(b) Ver Nota Explicativa nº 26.

6.8. Depósitos judiciais e cauções

Os valores de Depósitos Judiciais e Cauções são registrados no ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos.

Os depósitos estão registrados pelo valor nominal, atualizados monetariamente, tendo por base a variação de taxa referencial (TR) para depósitos trabalhistas e previdenciários e SELIC para tributários e regulatórios. O saldo está composto da seguinte forma:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais	483	424
Trabalhistas	418	359
Fiscais	65	65
Cauções e depósitos vinculados (a)	765	765
	1.248	1.189

(a) Garantia do Contrato de Concessão nº 003/2015 (LT 230 kV Itumbiara - Paranaíba - C2).

6.9. Investimentos temporários

A composição dos saldos em Investimentos Temporários, é representado por fundo vinculado à Conta de Reserva do Serviço da Dívida no valor equivalente a seis parcelas do financiamento com o Banco do Brasil S.A., através de recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, conforme Nota Explicativa nº 12. O saldo é formado pelos seguintes valores:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Fundos vinculados	10.971	8.354
Principal	10.556	8.173
Rendimento acumulado	505	227
(-) Provisão de IRRF	(90)	(46)
	10.971	8.354

7. ATIVO DE CONTRATO

Os contratos de concessão de geração/transmissão de energia da CELG GT estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica 01 – ICPC 01 (R1), assim como do CPC 47. Os saldos dos Ativos de Contrato são como segue:

Contrato	Descrição	Circulante		Não circulante		Total	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CC 063/2001	Transmissão	150.039	130.768	1.016.686	973.468	1.166.725	1.104.236
PRT 352/2013	Usina São Domingos	1.520	2.965	35.208	30.322	36.728	33.287
CC 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	1.320	1.093	25.247	24.543	26.567	25.636
CC 02/2016	Usina Rochedo	2.553	2.447	21.274	19.460	23.827	21.907
CC 04/2016	SE 500 KV Luziânia	14.998	13.954	120.215	117.917	135.213	131.871
		170.430	151.227	1.218.630	1.165.710	1.389.060	1.316.937

A seguir, a movimentação do Ativo de Contrato no exercício:

Contrato	Descrição	Serviços de operação e manutenção	31/12/2019	Receita financeira		Serviços de construção ou de melhoria	Amortização do contrato (RAP/RAG)	Outras adições e baixas	31/12/2020
				31/12/2019	31/12/2020				
CC 063/2001	Transmissão	85.952	1.104.236	138.941	59.750	(130.768)	(5.434)	1.166.725	
PRT 352/2013	Usina São Domingos	3.273	33.287	4.047	383	(2.965)	1.976	36.728	
CC 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	679	25.636	1.860	174	(1.093)	(10)	26.567	
CC 02/2016	Usina Rochedo	2.470	21.907	3.161	1.170	(2.447)	36	23.827	
CC 04/2016	SE 500 KV Luziânia	8.802	131.871	19.134	(1.809)	(13.954)	(29)	135.213	
		101.176	1.316.937	167.143	59.668	(151.227)	(3.461)	1.389.060	

7.1. Revisão Tarifária Periódica – RTP do CC 063/2001

Através de Resolução Homologatória, a ANEEL homologou o resultado da revisão tarifária para concessão de transmissão de nº 063/2001, estabelecendo receitas anuais permitidas (RAPs) com vigência a partir de julho de 2020 tanto para a RAP (RBSE e RBN). Como resultado, a revisão tarifária apresentou:

- recálculo das RAPs relativas à Portaria MME nº 120/2016 (RBSE);
- aumento da RAP de O&M relativa à MP nº 579/2012, convertida na Lein nº 12783/2013, que ocorrerá gradualmente, equivalente a 1/5 por ciclo, e se dará por completo no ciclo tarifário 2022/2023. A revisão é retroativa ao ciclo iniciado em julho/2018;
- alteração na base de remuneração líquida e revisão do valor novo de reposição;
- alteração retrospectiva da WACC referente aos anos de 2018 e 2019;
- incorporação da componente remuneração de 2013 a 2017 Custo do Capital Próprio (Ke);
- reparcelamento por 3 anos das diferenças entre o efetivamente recebido entre 2018 e 2019 e as parcelas agora revisadas, via parcela de ajuste atualizado por IPCA;
- avaliação da Base Incremental;
- homologação dos novos valores para o Banco de Preços de Referência Anel;
- alteração da taxa de remuneração do capital do segmento de transmissão de energia elétrica;
- consideração das baixas e desmobilizações dos ativos; e
- atualização inflacionária do período.

A RAP relacionada com a RBSE sofreu acréscimos em razão desta Revisão Tarifária e reconhecimento da parcela de remuneração prevista no artigo 1º, parágrafo terceiro, da Portaria MME120/2016, que estabelece que o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário, estabelecido no parágrafo primeiro do referido artigo, deverá ser atualizado e remunerado pelo Ke real do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes.

Em 2017, a remuneração pelo Ke foi excluída da tarifa pela ANEEL, por força de liminares judiciais. Essas liminares foram revogadas e, por isso, a remuneração pelo Ke voltou, desde julho/2020, a compor a RAP da RBSE. O valor da remuneração pelo Ke será pago até junho de 2025, sendo que o montante pago entre 2017 e 2020 o será, por meio da Parcela de Ajuste da RAP, até o final do atual ciclo de revisão tarifária, junho de 2023, reajustado pela inflação (IPCA).

Os valores aprovados na última revisão tarifária se mostraram superiores aos valores provisórios que a ANEEL vinha estabelecendo desde 2018, essa diferença será recebida pela Companhia nas RAP dos próximos ciclos, por meio da Parcela de Ajuste – PA.

8. INVESTIMENTOS

A composição dos saldos em Investimentos é formada pelos seguintes valores:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Participações societárias permanentes	215.205	202.054
Avaliadas pela equivalência patrimonial	214.874	201.835
Valor patrimonial (a)	214.201	201.120
Energética Corumbá III S.A.	66.205	65.055
Energética Fazenda Velha S.A.	4.850	4.526
Pantanal Transmissão S.A.	59.402	55.251
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	40.986	38.641
Lago Azul Transmissão S.A.	22.527	24.304
Firminópolis Transmissão S.A.	20.231	17.343
Agio na aquisição ou subscrição (b)	673	715
Energética Corumbá III S.A.	673	715
Avaliadas ao custo (c)	331	219
Custo de aquisição	331	219
Sicob Juriscredcelg	331	219
Propriedade para investimento (d)	70.552	16.681



9.2. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, Estados, Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração e transmissão, cuja quitação ocorrerá no final da concessão.

9.3. Análise do Valor de Recuperação

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução do Valor Recuperável dos Ativos, para fins de análise de recuperação, o menor nível de unidade geradora de caixa considerado foi cada uma das concessões detidas, analisadas individualmente.

Estimou-se o valor recuperável das unidades geradoras de caixa com base no seu valor em uso, que representa o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados para estes ativos, e com base nas premissas relacionadas a seguir. Os valores alocados a estas premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

Os fluxos de caixa foram projetados com base nos resultados operacionais e projeções da Companhia até o término das concessões, tendo como principais premissas:

- cenários macroeconômicos obtidos através de consultorias conceituadas no mercado;
- crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e,
- taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável desses ativos superou seu valor contábil e, portanto, não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

A interpretação Técnica 10 – ICP 10 incentiva fortemente que na adoção inicial do Pronunciamento CPC 27, seja estabelecido um valor justo daqueles bens ou conjunto de bens de valores relevantes ainda em operação e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo. A Companhia fez uma avaliação ao valor justo dos seus ativos de geração. Para os demais ativos a Companhia entende que o custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução do valor recuperável é a prática que melhor representa seus ativos imobilizados.

10. INTANGÍVEL

O saldo do Intangível é composto basicamente por direitos de servidão de passagem, de qual sua vida útil é indefinida, e softwares, de vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano, que teve sua recuperação analisada de acordo com o pronunciamento técnico "CPC 01 (R1) – Redução do Valor Recuperável de Ativos", conforme descrito na Nota Explicativa nº 9.3.

A composição dos saldos e movimentação do Intangível é formada pelos seguintes valores:

Rubrica	Valor Original Contábil (VOC)			Amortização acumulada			Valor		
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2019	31/12/2021	
	Reapresentado	Adições e utilizações	Transferências	Reapresentado	exercício	Transferência	Reapresentado	Reapresentado	
Ativo intangível em serviço	9.410	-	-	9.410	(1.582)	(410)	(1.992)	7.418	7.828
Geração	8.435	-	-	8.435	(873)	(290)	(1.163)	7.272	7.562
Usinas	8.435	-	-	8.435	(873)	(290)	(1.163)	7.272	7.562
Outros	8.435	-	-	8.435	(873)	(290)	(1.163)	7.272	7.562
Administração	975	-	-	975	(709)	(120)	(829)	146	266
Administração central	975	-	-	975	(709)	(120)	(829)	146	266
Softwares	729	-	237	966	(471)	(121)	(237)	137	258
Outros	246	-	(237)	9	(238)	(1)	-	9	8
Ativo intangível em curso	1.211	75	(32)	1.254	-	-	1.254	1.211	1.211
Administração	1.211	75	(32)	1.254	-	-	1.254	1.211	1.211
Administração central	1.211	75	(32)	1.254	-	-	1.254	1.211	1.211
Softwares	1.179	75	-	1.254	-	-	1.254	1.179	1.179
Outros	32	-	(32)	-	-	-	-	32	32
	10.621	75	(32)	10.664	(1.582)	(410)	(1.992)	8.672	9.039

11. FORNECEDORES

A composição dos saldos em Fornecedores é formada pelos seguintes valores:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Encargos de uso da rede elétrica	17	74
Materiais e serviços	1.091	1.406
Imobilizações em curso	6.145	4.459
	7.253	5.939

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos Empréstimos e Financiamentos estão demonstradas a seguir:

Financiador	Vencimento	Encargos financeiros anuais (%)	Moeda	Circulante		Não circulante	
				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos				10.693	10.780	95.747	100.100
Principal				10.619	10.888	96.889	101.365
Eletra (a)	31/07/2020	INPC + 6%	Real	-	863	-	-
Banco do Brasil S.A.	30/06/2031	TFC (CMN)	Real	10.819	10.025	96.889	101.365
(-) Custos de transação a amortizar				(126)	(108)	(1.142)	(1.265)
Banco do Brasil S.A.	30/06/2031	-	Real	(126)	(108)	(1.142)	(1.265)
Mútuos - Coligadas e controladas ou controladoras				-	1.562	-	-
Celgpar (b)	30/11/2020	IPCA + 12,68%	Real	-	1.589	-	-
(-) Custos de transação (b)	30/11/2020	-	Real	-	(27)	-	-
				10.693	12.342	95.747	100.100

(a) Parcela do saldo devedor junto à Eletra – Fundação Celg de Seguros e Previdência (82,25% para o Plano CELGPREV e 17,75% para o Plano Eletra Benefício Definido 01), relativo aos funcionários da CELG GT. Esse saldo é atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.

(b) Contrato de Mútuo firmado com a CELGPAP para fazer face aos compromissos de investimentos, inerentes a Reforços, determinados pelas Resoluções Autorizativas ANEEL – REA nº 3.170/2011, 3.217/2011, 3.514/2013, 4.489/2014 e 5.444/2015, bem como em decorrência da implantação de empreendimentos relativos aos Contratos de Concessões nº 003/2015 e 004/2016, monetariamente atualizado, a partir da data de sua transferência, com base na variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do mês anterior à competência, ou outro índice que vier a substituí-lo, atualização esta paga mensalmente, acrescido de juros remuneratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, ambos pro rata die.

12.1. Banco do Brasil S.A.

Recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, instituído pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal da República, que o Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente financeiro aplica de acordo com os termos e condições estabelecidos na normatização para utilização do FCO. Os recursos tem como finalidade fazer face aos compromissos de investimentos, inerentes a reforços, determinados pelas Resoluções Autorizativas ANEEL – REA nº 4.891/2014 e 5.444/2015, bem como em decorrência da implantação de empreendimentos relativos aos Contratos de Concessões nº 003/2015 e 004/2016.

Sobre os valores lançados na conta vinculada à Cédula de Crédito Bancário, bem como o saldo devedor daí decorrente, incidirão juros que serão calculados pela Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais – TFC, nos termos da Resolução CMN nº 4.622, de 02/01/2018 e legislação posterior que venha alterá-la, ou outro indicador econômico-financeiro que legalmente venha substituí-la, debitados no dia primeiro ou dia útil subsequente, inclusive durante o período de carência. A TFC é formada pela composição da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e pelo seu componente prefixado, que nos termos da lei são a Taxa de Juros Prefixada da TLP relativa à remuneração da parcela dos recursos "1", nos termos do Artigo 2º da Lei nº 13.483, de 21/09/2017, da Resolução CMN nº 4.600, de 25/09/2017 e legislação posterior que venha alterá-la, o Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR), o Fator de Programa (FP), o Fator de Localização (FL) e o Bônus de Adimplência (BA) de 15% (quinze por cento) quando houver. Sobre o componente prefixado da TFC do capital, será concedido BA, desde que as prestações da dívida (principal e encargos financeiros) sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento. Nas operações de financiamento com recursos do FCO, o componente prefixado da TFC, a ser aplicado com o BA vigente na data da contratação, será calculado por dias úteis, com base na equivalente diária (ano de 252 dias úteis), variável para cada contrato; já nas operações de financiamento com recursos do FCO, o componente prefixado da TFC, a ser aplicado com o BA vigente na data de contratação, será calculado por dias úteis, com base na equivalente diária (ano de 252 dias úteis), variável para cada contrato.

Os juros referidos acima são exigíveis integralmente, no dia primeiro, trimestralmente durante o prazo de carência (12 meses), e, mensalmente durante o período de amortização (132 meses), juntamente com as prestações do principal, nas remições, proporcionalmente aos valores remidos, no vencimento e na liquidação da dívida.

A seguir, a movimentação dos Empréstimos e Financiamentos no exercício:

Financiador	31/12/2019	Juros	Juros capitalizados	Correção	Custos de transação	Receita financeira	Novos empréstimos	Amortização paga	Juros pagos	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	110.880	6.469	1.488	14	105	(717)	6.327	(10.054)	(8.072)	106.440
Principal	112.253	6.469	1.488	14	-	(717)	6.327	(10.054)	(8.072)	107.708
Eletra (a)	863	17	-	14	-	(1)	-	(876)	(17)	-
Banco do Brasil S.A.	111.390	6.452	1.488	-	-	(716)	6.327	(9.178)	(8.055)	107.708
(-) Custos de transação a amortizar	(1.373)	-	-	-	105	-	-	-	-	(1.268)
Banco do Brasil S.A.	(1.373)	-	-	-	105	-	-	-	-	(1.268)
Mútuos - Coligadas e controladas ou controladoras	1.562	87	-	31	27	-	-	(1.568)	(139)	-
Celgpar (b)	1.589	87	-	31	-	-	-	(1.568)	(139)	-
(-) Custos de transação (b)	(27)	-	-	-	27	-	-	-	-	-
	112.442	6.556	1.488	45	132	(717)	6.327	(11.622)	(8.211)	106.440

A previsão de amortização para os próximos exercícios está demonstrada a seguir:

Financiador	Vencimento	2021	2022	2023	2024	2025	2026 a	Total
Banco do Brasil S.A.	30/06/2031	10.819	10.729	10.730	10.729	10.730	53.971	107.708
(-) Custos de transação - BB	30/06/2031	(126)	(126)	(126)	(126)	(126)	(638)	(1.268)
		10.693	10.603	10.604	10.603	10.604	53.333	106.440

13. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

13.1. Obrigações sociais e trabalhistas

A composição dos saldos em Obrigações Sociais e Trabalhistas é formada pelos seguintes valores:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Folha de pagamento	5.330	5.404
Folha de pagamento líquida	39	-
Férias	3.729	3.971
Tributos retidos na fonte	978	873
Consignações em favor da concessionária e/ou terceiros	584	560
	5.330	5.404

13.2. Tributos

A composição dos saldos em Tributos é formada pelos seguintes valores:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Tributos federais	24.191	17.375
Imposto de renda	16.411	12.247
Contribuição social	5.617	3.555
PIS	385	279
COFINS	1.778	1.294
Tributos municipais	2	4
ISS	2	4
Contribuições sociais	2.262	2.283
INSS	1.671	1.694
A pagar	731	687
Provisão	940	1.007
FGTS	591	589
FGTS a pagar	334	314
Provisão	257	275
Tributos retidos na fonte	156	143
Imposto de renda retido na fonte	7	7
Contribuição social	10	7
PIS	7	5
COFINS	31	20
Outros	101	104
INSS	63	61
ISS	38	43
Imobilizações em curso e financiamento	225	971
	26.836	20.776

13.3. Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

Rubrica	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	240	169	5.420	4.497
FNDCT	160	113	-	-
MME	80	56	-	-
Recursos em poder da empresa	-	-	5.420	4.497
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.870	3.625	-	-
A pagar	640	1.199	-	-
Provisão	2.230	2.426	-	-
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	80	61	-	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	34	43	-	-
Demais encargos setoriais	114	260	-	-
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	114	260	-	-
	3.338	4.158	5.420	4.497

13.4. Outros passivos

A composição dos saldos em Outros Passivos é formada pelos seguintes valores:

Rubrica	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empregados	1	51	-	-
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	100	348	-	-
Cações em garantia	80	21	-	-
Diretores, conselheiros e acionistas (a)	-	-	-	11.900
Outros	161	148	-	-
Imobilizações em curso e imóveis	27	1.502	2.027	2.048
	369	2.070	2.027	13.948

(a) Ver Nota Explicativa nº 26.

14. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A composição dos saldos em benefício pós-emprego é formada pelos seguintes valores:

Rubrica	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo atuarial - Previdência privada	-	-	3.241	5.376
Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência	-	-	3.241	5.376
Contribuição normal - Previdência privada e demais benefícios pós-emprego	234	223	-	-
Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência	234	223	-	-
	234	223	3.241	5.376

A Companhia é patrocinadora da Eletra – Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

A identificação dos beneficiários encontra-se em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A seguir apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

14.1. Definição dos tipos de benefícios

A CELG GT, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida – CD, durante o exercício de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento.

A CELG GT tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da CELG GT na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a CELG GT assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

14.2. Descrição do plano misto de benefícios

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumuladas na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão; e
- Suplementação do abono anual.

14



Rubrica	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta	18.1	329.544	289.831
Deduções da receita bruta	18.2	(51.120)	(47.959)
		278.424	241.872

18.1. Receita Operacional Bruta

Segue a composição da Receita Operacional Bruta:

Rubrica	Valor	
	31/12/2020	31/12/2019
Energia Elétrica de Curto Prazo	1.557	3.533
Energia Elétrica de Curto Prazo	1.523	3.403
Provisão de Energia Elétrica de Curto Prazo	34	130
Operações com ativos de contrato	327.987	286.298
Receita financeira de contrato	167.143	139.702
Receita de construção	59.668	67.558
Receita de operação e manutenção	101.176	79.038
	329.544	289.831

18.2. Deduções da receita operacional bruta

A composição das Deduções sobre a Receita Operacional Bruta é a seguinte:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Tributos sobre a receita	30.483	26.809
PIS	4.100	3.162
PIS diferido	1.338	1.620
COFINS	18.885	14.563
COFINS diferida	6.160	7.464
Encargos do consumidor	20.637	21.150
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.986	1.573
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	14.752	15.315
CDE	14.948	14.719
Provisão de CDE	(196)	596
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	849	633
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	263	276
Outros encargos - PROINFA	2.787	3.353
	51.120	47.959

19. CUSTO DE CONSTRUÇÃO E CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS

19.1. Custo de construção

Os gastos por natureza com o Custo de Construção estão demonstrados abaixo:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	4.306	4.322
Materiais	31.876	40.050
Serviços de terceiros	16.022	14.718
Arrendamentos e aluguéis	8	-
Seguros	-	17
Tributos	5	19
Gastos diversos	1.454	1.648
	53.671	60.774

19.2. Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais estão compostos por natureza de gasto. Abaixo os valores que compõem este grupo:

Rubrica	Custos operacionais		Despesas operacionais		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado	
Energia comprada para revenda	16	2.352	-	-	16	2.352
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	586	622	-	-	586	622
Pessoal	20.921	20.443	21.172	23.374	42.093	43.817
Administradores	-	-	3.406	2.923	3.406	2.923
Materiais	70	1.028	400	655	470	1.683
Serviços de terceiros	8.218	7.789	4.018	3.872	12.236	11.661
Arrendamentos e aluguéis	17	17	232	235	249	252
Seguros	1.088	1.002	93	35	1.181	1.037
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	24	-	24
Provisão	1.248	772	3.840	105	5.088	877
Recuperação de despesas	(28)	(1.230)	(32)	(22)	(60)	(1.252)
Tributos	11	218	4.139	1.534	4.150	1.752
Depreciação	-	65	847	903	847	968
Amortização	290	292	120	141	410	433
Gastos diversos	523	593	933	1.353	1.456	1.946
	32.960	33.963	39.168	35.132	72.128	69.095

19.3. Pessoal e Administradores

Os gastos por natureza com Pessoal e Administradores estão demonstrados abaixo:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	42.093	43.817
Remuneração	24.666	25.462
Encargos	8.898	9.098
INSS	6.970	6.808
FGTS	1.928	2.290
Previdência Privada - Corrente	1.497	1.423
Benefício pós-emprego - Previdência privada - Déficit ou superávit atuarial	(70)	(13)
Programa de Demissão Voluntária - PDV	2	12
Despesas Rescisórias	76	431
Outras	76	431
Outros Benefícios - Corrente	6.286	6.503
Outros	738	901
Administradores	3.406	2.923
Honorários e Encargos (Diretoria e Conselho)	3.353	2.870
Remuneração	2.513	2.063
INSS	664	629
FGTS	176	178
Benefícios dos Administradores	53	53
	45.499	46.740

20. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

Os Outros Resultados Operacionais têm a seguinte composição por natureza:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Outras receitas operacionais	74.052	19.711
Rendas da prestação de serviços	2.080	1.534
Compartilhamento de infraestrutura	1.215	502
Serviços de engenharia	684	1.032
Provisão de serviços de engenharia	181	-
Demais receitas e rendas	72.233	18.392
Arrendamentos e aluguéis (a)	238	220
Ganhos na alienação de materiais (b)	19.978	2.708
Outras	52.017	15.464
Outras	35	-
Ajuste ao valor justo - AVJ (c)	51.982	15.464
(-) Tributos sobre a receita	(261)	(215)
PIS	(36)	(29)
PIS diferido	(3)	-
COFINS	(165)	(133)
COFINS diferida	(14)	-
ISS	(34)	(53)
ISS diferido	(9)	-
Outras despesas operacionais	(1.262)	(605)
Pessoal	(10)	-
Serviços de terceiros	(10)	-
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos (b)	(1.230)	(605)
Gastos diversos	(12)	-
	72.790	19.106

(a) Valor composto pela locação de parte do imóvel denominado "SE Xavantes" à Auraná Energia S.A.

(b) Valores compostos principalmente por ganhos e perdas na alienação de bens.

(c) Ajuste ao valor justo de imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à CELG GT conforme Promessa de Compra e Venda, com anuidade da Companhia Celg de Participações - CELGPAR, de acordo com o CPC 28 - Propriedade para Investimento.

21. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro tem a seguinte composição por natureza:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras	6.256	7.926
Receita com aplicações financeiras	3.930	7.167
Multas e acréscimos moratórios	1.014	251
Variações monetárias	64	20
Juros sobre capital próprio	7	10
Ganhos com participações societárias avaliadas ao valor justo (a)	215	216
Outras receitas financeiras	1.341	702
Tributos sobre receitas financeiras	(315)	(440)
PIS	(41)	(53)
COFINS	(254)	(327)
IOF	(21)	(60)
IOF diferido	1	-
Despesas financeiras	(7.058)	(7.090)
Juros e variação monetária - Dívida moeda nacional	(6.733)	(6.329)
Juros	(6.556)	(6.148)
Variação monetária	(45)	(137)
IOF	(27)	(30)
Comissões e taxas	(105)	(14)
Multas e acréscimos moratórios	(5)	(226)
Variações monetárias	(278)	(493)
Perdas com participações societárias avaliadas ao valor justo (a)	(42)	(42)
	(802)	836

(a) Dividendos e juros sobre o capital próprio de investimentos avaliados ao custo, amortização de ágio, dentre outros ganhos e perdas.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e Contribuição Social tem a seguinte composição:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Tributo corrente	35.680	27.905
Contribuição social corrente	9.449	7.393
Imposto de renda corrente	26.231	20.512
Tributo diferido	43.443	18.005
Contribuição social diferida	11.502	4.768
Imposto de renda diferido	31.941	13.237
	79.123	45.910

A conciliação da despesa/receita de Imposto de Renda e Contribuição Social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido antes dos impostos	244.766	150.386
Tributos sobre o lucro a alíquota nominal de 34%	83.220	51.131
Diferenças permanentes	(4.073)	(5.186)
Diferenças temporárias	(43.443)	(18.005)
Diferencial de alíquota de imposto de renda	(24)	(24)
Programa Empresa Cidadã	-	(11)
Imposto de renda e contribuição social correntes	35.680	27.905
Diferenças temporárias	43.443	18.005
Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.443	18.005
Total de tributos sobre o lucro	79.123	45.910
Alíquota fiscal efetiva dos tributos sobre o lucro	32,3%	30,5%

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício a taxas de impostos ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias, entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem as diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no ativo/passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

23. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do exercício segregado por atividade das Unidades de Negócio de Geração (G), Transmissão (T) e Atividades Não Vinculadas (ANV):

Rubrica	31/12/2020				31/12/2019			
	G	T	ANV	Total	G	T	ANV	Total
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE								
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.268	264.156	-	278.424	13.986	227.886	-	241.872
Custo de construção	(1.392)	(52.279)	-	(53.671)	(516)	(60.258)	-	(60.774)
Custos operacionais	(6.640)	(26.320)	-	(32.960)	(8.237)	(25.726)	-	(33.963)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	6.236	185.557	-	191.793	5.233	141.902	-	147.135
Despesas operacionais	(1.992)	(37.176)	-	(39.168)	(2.345)	(32.787)	-	(35.132)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS OUTROS RESULTADOS	4.244	148.381	-	152.625	2.888	109.115	-	112.003
Outros resultados operacionais	-	-	72.790	72.790	-	-	19.106	19.106
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	20.153	20.153	-	-	-	18.441
Resultado financeiro	1.072	(2.070)	196	(802)	385	268	183	836
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	5.316	146.311	93.139	244.766	3.273	109.383	37.730	150.386
Imposto de renda e contribuição social	(1.902)	(58.041)	(19.180)	(79.123)	(1.260)	(43.523)	(1.127)	(45.910)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.414	88.270	73.959	165.643	2.013	65.860	36.603	104.476

24. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (MÉTODO INDIRETO)

A apresentação dos fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto é demonstrada ajustando o lucro/prejuízo líquido pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Conforme as orientações do item 20A do CPC 03 - R2 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a conciliação entre o lucro/prejuízo líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais deve ser fornecida caso a entidade utilize o método direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação entre lucro líquido e o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	165.643	104.476
Despesas (Receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa	(107.707)	(47.644)
Receita financeira da concessão	(167.143)	(139.702)
Receita de construção	(59.668)	(67.558)
Depreciação	847	968
Amortização	410	433
Custo de construção	53.671	60.774
Outros gastos operacionais	194	1.379
Ganhos na alienação de materiais	(19.978)	(2.708)
Ajuste ao valor justo - AVJ	(51.982)	(15.464)
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos	1.230	605
Resultado de equivalência patrimonial	(20.153)	(18.441)
Juros sobre o capital próprio	(7)	(10)
Ganhos com participações societárias avaliadas ao valor justo	(215)	(216)
Outras receitas financeiras	(1.626)	(901)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	6.556	6.148
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	45	137
Custos de transação de empréstimos e financiamentos	132	44
Perdas com participações societárias avaliadas ao valor justo	42	42
Amortização do ativo contratual	151.227	127.927
Outras movimentações de investimentos e financiamentos	(1.289)	(1.101)
Redução (Aumento) de Ativos		



- Abertura do Data Room aos potenciais interessados: 18 de março de 2021;
- Publicação do Edital do Leilão e anexos: a partir de 8 de abril de 2021;
- Realização de Roadshow: 15 de abril de 2021;
- Sessão Pública do Leilão: 13 de maio de 2021.

Além dos fatos acima, não ocorreram quaisquer outros fatos supervenientes entre a data do Fato Relevante e a data de autorização destas Demonstrações Financeiras.

29. AUTORIZAÇÃO DE EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Eventos subsequentes ao exercício a que se referem essas Demonstrações Financeiras são eventos favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do exercício a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2020, e a data na qual é autorizada a emissão dessas Demonstrações Financeiras.

Esta autorização é de competência da Diretoria, tendo sido as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 apreciadas em Reunião da Diretoria da CELG GT, realizada em 29 de março de 2021.

Lener Silva Jayme Diretor Presidente CPF nº 479.523.006-44	José Fernando Navarrete Pena Diretor Vice-Presidente CPF nº 303.118.701-63	Djair Dias Brito Diretor Técnico e Comercial CPF nº 102.598.131-68
Cleiton Silva Ferreira Contador CRC-GO 018721/O-6 CPF nº 964.994.921-34		

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Celg Geração e Transmissão S.A.
Goiania – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis

Em nossa opinião, a demonstração financeira acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada **"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras"**. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Ativo de Contrato (Nota explicativa 7)

Conforme Nota Explicativa nº 7, o principal ativo da Companhia é seu ativo de contrato no montante de R\$ 1.389.060 mil, segregado em curto e longo prazo, de acordo com a vigência do contrato de concessão. Estão segregados esses saldos com o contrato de concessão nº 063/2001, referente a linha de transmissão, contrato de concessão nº 03/2015, linha de transmissão de Itumbiara, contrato de concessão nº 02/2016, Usina de Rochedo e contrato de concessão nº 04/2016, Luziânia. A administração registra os contratos de concessão de transmissão de energia dentro dos critérios de aplicação da interpretação técnica 01 – ICP/01 (R1), assim como do CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, e as considerações do ofício CVM/OFCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeta ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os eventuais impactos por julgamentos e entendimentos dos registros do ativo de contrato da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos dispêndios incorridos na execução do contrato; (ii) leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iii) a avaliação, com apoio de especialistas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, de fluxo de caixa, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e (iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita da infraestrutura de transmissão e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.

b) Investimentos (Nota Explicativa 8)

Conforme Nota Explicativa nº 8, os Investimentos da Companhia possuem registrado saldos de coligadas e controladas em conjunto "joint venture" no montante de R\$ 214.874 mil, esses saldos sofreram um aumento devido aportes e AFAC e equivalência patrimonial das investidas. A Companhia detém 20% (vinte por cento) da Energética Fazenda Velha S/A, com uma concessão de 35 anos, a participação na Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S/A são de 10% (dez por cento), a Energética Corumbá III S/A a participação é de 37,50% (trinta e sete vírgula cinco por cento), na Pantanal Transmissão S/A a Companhia participa de 49% (quarenta e nove por cento), Lago Azul Transmissão S/A a participação acionária de 50,01% (cinquenta vírgula um por cento) e Firmínopolis Transmissão S/A a participação de 49% (quarenta e nove por cento) do capital social.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos entre as coligadas e joint ventures, sendo que a Administração da Companhia necessita de um rigoroso controle desses investimentos para que seus saldos quando consolidados tenham segurança na determinação dos valores apresentados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão dos controles internos da Companhia sobre as informações de suas investidas para base do cálculo da equivalência patrimonial, a revisão dos cálculos e composições de participação individual em cada investida, validação dos controles analíticos elaborados pela Administração da Companhia, testes na efetivação do saldo de equivalência patrimonial, movimentação do mapa de investimento e leitura de todas as demonstrações financeiras destas investidas. Também efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Ênfase

Ativo Contratual

Conforme nota explicativa nº 7 em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo contratual da Companhia é de R\$ 1.389.060 mil. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Celg GT, de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeta ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas, o que impactaria diretamente na análise e provisão de "impairment". Nesse exercício a Administração utilizou o julgamento no cálculo do ativo de contrato, conforme o CPC 47 e considerações do ofício CVM OFCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020, o conceito de impairment divulgados pelo CPC 01, efetuando ajustes retrospectivos em suas estimativas quando necessário com o intuito de que o ativo de contrato não supere seu valor de recuperação baseado em sua projeção de recebimento de caixa, trazido a valor presente, conforme divulgado naquela nota explicativa, demonstrando as reapresentações ocorridas. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e não incluem quaisquer ajustes contábeis adicionais relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos oriundos dos ajustes orçamentos e de obra no ativo de contrato. Nossa opinião não está ressalvada por conta deste assunto.

Reapresentação dos saldos comparativos

Conforme divulgado na Nota Explicativa no 3.14, a Companhia procedeu com reapresentações, de forma retrospectiva, dos saldos correspondentes do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os ajustes aplicados decorrem da reavaliação do ativo de contrato conforme ofício CVM OFCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020, já comentado no parágrafo acima de nosso relatório intitulado "Ativo Contratual". Nossa opinião não está ressalvada por conta deste assunto.

Outros assuntos

Investimentos em Controladas e Coligadas

Os procedimentos de auditoria aplicados nas contas que registram os investimentos em controladas ficam restritos a avaliação interna de transações com partes relacionadas, notadamente dos lançamentos de equivalência patrimonial na investidora CELG GT, em função dos resultados apurados conforme a Nota Explicativa 8. Dentre os procedimentos aplicados, destaca-se a análise dos relatórios de auditoria firmados pelos auditores independentes responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras das investidas, os quais atestam sua exatidão e propriedade.

Neste sentido transcrevemos adiante o inteiro teor das ênfases e outros assuntos contidas nos relatórios de auditoria das investidas, reiterando a delimitação de nossa responsabilidade enquanto auditores da investidora CELG GT exclusivamente às suas demonstrações financeiras, limitando-nos a replicar fielmente os assuntos relevantes que possam de alguma forma impactar as demonstrações financeiras da CELG GT levantadas em 31 de dezembro de 2020, sob nosso exame, sem ressalvar este relatório.

Vale do São Bartolomeu

Os auditores independentes encarregados da revisão das demonstrações financeiras da investida Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., levantadas em 31/12/2020 firmaram em 17 de fevereiro de 2021, relatório de auditoria incluindo as seguintes ênfases, que passamos a transcrever:

* Principal assunto de auditoria

Ativo Contratual

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeta ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo contratual da Companhia é de R\$ 468.123 mil.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos dispêndios incorridos na execução do contrato; (ii) leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iii) a avaliação, com apoio de especialistas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, de fluxo de caixa, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e (iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita da infraestrutura de transmissão e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Ênfases

1. Informações gerais sobre a Companhia e Acordos de Colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência de sua companhia ligada JBS S.A. e sua controladora indireta J&F Investimentos S.A.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, é de conhecimento público que, em maio de 2017, determinados executivos e ex-executivos da Controladora indireta da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., a J&F Investimentos S.A. (J&F) e outras empresas por ela controladas, incluindo a JBS S.A. (JBS), celebraram acordos de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), posteriormente homologados pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento, em todo país, das investigações em torno de eventos contrários à lei.

A participação direta da J&F na VSB se dá através do Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão ("Fundo"), que detém 51% do capital da Companhia. Os quotistas do Fundo, por sua vez, são J&F (1%) e Âmbar (99%). Já a participação no capital da Âmbar é majoritariamente J&F (99,99%), sendo o restante de propriedade da Futura Venture Ltda. (0,01%). O restante do capital de VSB é detido por Furnas (39%) e Celg (10%).

O Acordo de Acionista, confere o controle compartilhado às sócias e as principais matérias contam com quórum qualificado de deliberação. Dessa forma, a J&F não possui ingerência única nas deliberações e condução dos negócios da VSB, tendo que se submeter a um direito e limitação de governança, inclusive, e isso deve ser considerado, na condição de sócia de empresas públicas.

Ressalta-se que a Âmbar e suas controladas não são alvos de nenhuma das operações acima mencionadas, que o Acordo não trará ônus pecuniário ou financeiro para elas, que, entretanto, as protege, contra ações propostas pelo Ministério Público Federal.

Nossa opinião não está ressalvada por conta deste assunto.

2. Contingências tributárias

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, desde junho de 2017 a Companhia vinha provisionando como contingência tributária a diferença de base de presunção do lucro presumido de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) para 32%, que em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$ 5.994 mil. A Companhia apresentou liminar expedida pela 22ª VARA FEDERAL de Brasília, em 24 de março de 2017, que afastava a aplicação do percentual de 32% para fins de IRPJ e CSLL, por considerar que a totalidade das receitas auferidas (RAP) pela Companhia, com base nos contratos de concessão, decorre exclusivamente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, sujeita à aplicação dos percentuais de 8% e 12% para fins de IRPJ e CSLL, respectivamente. A provisão era atualizada mensalmente pela taxa SELIC.

Após revisão da legal opinião formada pelos assessores da Companhia e com respaldo em decisões semelhantes proferidas no STJ, a administração entendeu que a chance de perda em caso de discussão nas esferas administrativa e judicial, é remota. Desta forma, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi decidido pelo estorno dos valores provisionados a título de contingência tributária. Nossa opinião não está ressalvada por conta deste assunto.

Outros Assuntos

Efeitos tributários da mudança de regime do lucro real para o lucro presumido

A Companhia em 16/02/2017 impetrou Ato Declaratório objetivando requerer o direito do reconhecimento de que o regime jurídico-tributário aplicável aos Contratos de Concessão firmados pelas Transmissoras de Energia decorre única e exclusivamente de sua natureza jurídica, e não do mecanismo de registro ou da terminologia utilizados para fins contábeis, de tal forma que a receita auferida pelas empresa advém exclusivamente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, devendo ser contabilizada, para todos os efeitos fiscais, inclusive para apuração do limite estabelecido para opção pelo Lucro Presumido (percentuais de presunção do lucro de 8% e 12% para fins de apuração do IRPJ e da CSLL), apenas no momento do seu efetivo recebimento.

Na data de 24/05/2019 a Companhia recebeu da Secretaria da Receita Federal – SRF Relatório de Reunião de Conformidade abordando a mudança de forma de tributação (Lucro Real Anual em 2016 para Lucro Presumido em 2017), sendo que a Companhia não incluiu o saldo dos valores controlados na Parte 8 do e-LURI, cuja tributação havia sido diferida enquanto Lucro Real, na base de cálculo do Lucro presumido no 1º trimestre de 2017, notificando assim a SRF a Companhia supostas inconsistências na apuração de tributos e contribuições federais, cujo montante apurado de tributos não declarados e não pagos seria de R\$ 19.959 mil, solicitando assim a possível regularização dos tributos.

A Diretoria da Companhia, amparada em seus assessores legais, procedeu carta resposta ao Relatório de Reunião de Conformidade supra citada da SRF, mantendo sua posição inicial, repunha pelo ato declaratório e liminar, quanto aos procedimentos fiscais outrora adotados. Os pareceres dos consultores jurídicos da Companhia reputam como boas as chances de êxito em eventual litígio fiscal, caso o Relatório de Reunião de Conformidade devida a ser tomar em atuação, sendo que entendem que as chances de êxito são positivas.

Nossa opinião não está ressalvada por conta deste assunto.

divulgação adicional deste tema foi feito em nota explicativa.

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação à Demonstração Financeira tomadas em conjunto.

Energética Fazenda Velha

Os auditores independentes encarregados da revisão das demonstrações financeiras da investida Energética Fazenda Velha S.A., levantadas em 31/12/2020 firmaram em 18 de fevereiro de 2021, relatório de auditoria incluindo as seguintes ênfases, que passamos a transcrever:

Ênfase

Empreçamentos – Não cumprimento de cláusulas contratuais restritivas (Covenants)

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11 às Demonstrações Financeiras, no qual descreve que a Companhia possui cláusulas restritivas em financiamento que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações, principalmente em relação a decisões de negócios, incluindo manutenção do controle acionário, reestruturações societárias, alienações de ativos, contratação de empréstimos, inadimplência quanto a licenças de operação e outras obrigações. Além destas, está sujeita a manutenção de índices de cobertura do serviço da Dívida (CSD) e constituição e manutenção de conta da reserva dos serviços da dívida no valor equivalente de três vezes a última prestação vencida de amortização do financiamento, incluindo parcela de principal e juros, classificados sob a rubrica "Fundos Vinculados" no Balanço Patrimonial.

Nossa conclusão não foi ressalvada em virtude desse assunto, considerando que, com base nas explicações apresentadas pela Administração da Companhia, (e divulgadas nestas demonstrações financeiras), caso seja determinado o vencimento antecipado do contrato quando do vencimento da obrigação ou exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia, bem como, com base nos números apresentados pela Companhia em 2021, não entendemos que há indícios de que o Banco procederá com esta antecipação.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria da demonstração financeira da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com a demonstração financeira e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação à demonstração financeira tomada em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 09 de março de 2020, contendo modificação relacionado a continuidade operacional e ao não cumprimento de cláusulas contratuais restritivas.

Lago Azul Transmissão S.A.

Os auditores independentes encarregados da revisão das demonstrações financeiras da investida Lago Azul Transmissão S.A., levantadas em 31/12/2020 firmaram em 17 de março de 2021, relatório de auditoria incluindo as seguintes ênfases, que passamos a transcrever:

Ênfases

Ativo Contratual

Conforme nota explicativa nº 6 em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo contratual da Companhia é de R\$47.296 mil. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeta ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas, o que impactaria diretamente na análise e provisão de "impairment". Nesse exercício a Administração utilizou o julgamento no cálculo do ativo de contrato, conforme o CPC 47 e considerações do ofício CVM OFCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020, o conceito de impairment divulgados pelo CPC 01, efetuando ajustes retrospectivos em suas estimativas quando necessário com o intuito de que o ativo de contrato não supere seu valor de recuperação baseado em sua projeção de recebimento de caixa, trazido a valor presente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.20 demonstrando as reapresentações ocorridas. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e não incluem quaisquer ajustes contábeis adicionais relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos oriundos dos ajustes orçamentos e de obra no ativo de contrato. Nossa opinião não está ressalvada por conta deste assunto.

Reapresentação dos saldos comparativos

Conforme divulgado na Nota Explicativa no 3.20, a Companhia procedeu com reapresentações, de forma retrospectiva, dos saldos correspondentes do balanço patrimonial exercício findo em 31 de dezembro de 2019, publicadas em 20 de fevereiro de 2020. Os ajustes aplicados decorrem da reavaliação do ativo de contrato conforme ofício CVM OFCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020, já comentado no parágrafo acima de nosso relatório intitulado "Ativo Contratual". Nossa opinião não está ressalvada por conta deste assunto.

Base de presunção dos impostos sobre a receita

Chamamos atenção a nota explicativa 3.12 as demonstrações financeiras, que descreve que conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pela tributação pelo lucro presumido. Sendo assim, o imposto de renda e da contribuição social, calculados por meio da aplicação do percentual sobre o faturamento líquido efetivamente recebido ajustado pelo fator de presunção de 8% e 12% respectivamente para imposto de renda e contribuição social somados com as receitas financeiras.

Os percentuais de presunção estão em consonância com o disposto no item 44 da Nota Técnica nº 75/SRE/ANEEL e acompanham os critérios adotados por inúmeras empresas do ramo de transmissão, porém, há discussão quanto a aplicação dessa prática, pois de acordo com a Lei 9.249/1995, artigo 15, para prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contrato de concessão de serviço público, a alíquota de presunção seria de 32% para o cálculo dos referidos impostos, desta forma caso confirme o entendimento da Receita Federal, a Companhia estaria sujeita a ser autuada com incidência de multa e juros. A diferença de alíquota no cálculo dos impostos, estimada em R\$1.886 mil não se encontra provisionada nas referidas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada por conta deste assunto.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram auditados e revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e de revisão sem modificações, datados de 20 de fevereiro de 2020.

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação à Demonstração Financeira tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras não auditadas das investidas

Até a presente data não recebemos o Relatório dos Auditores Independentes – RAI acerca das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020, que serviriam de base para a CELG GTeletur a avaliação dos investimentos relevantes pelo método de equivalência patrimonial (MEP) conforme NBC TG 18(R3) das investidas Firmínopolis Transmissão S.A. onde mantém a participação de 49% (quarenta e nove por cento) e Pantanal Transmissão S.A., com participação de 49% (quarenta e nove por cento). Realizamos procedimentos alternativos de auditoria através da avaliação dos saldos de investimentos com base nos balanços atuais disponibilizados, bem como a avaliação dos relatórios de revisão auditoria dos períodos intermediários, verificando que usualmente ambas controladas não apresentaram alterações em seus respectivos relatórios de auditoria. Ademais, verificamos que em 31 de dezembro de 2020, ambas não são representativas dentro dos saldos de ativos, receita e lucro da Companhia. Não estamos ressalvando nosso relatório acerca deste tema.

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação à Demonstração Financeira tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 29 de março de 2021.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009073/O-7

Bradlei Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT, em cumprimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às demais disposições legais e estatutárias, conheceram e examinaram o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e os respectivos documentos complementares, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados e, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, emitido pela Berkan Auditores Independentes S.S., em 30 de março de 2021, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionista.

Goiania, 30 de março de 2021.

Adriano da Rocha Lima
Presidente

César Augusto Sotkovicene Moura
Membro

David Aires Leste
Membro

Marcio Cesar Pereira
Membro

Petersonn Gomes Caparrosa Silva
Membro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário da Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT, em cumprimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976,